

Justiça e democracia: a validade pela legitimidade popular¹

Luiz Osório Moraes Panza²

Resumo: Considerando a inserção de direito e democracia dentro de uma sociedade, é preciso relacioná-los a partir da legitimidade popular, que somente é alcançada através da representação social, onde o estado tem o papel fundamental de proporcionar a validade das relações humanas.

Abstract: Considering the inclusion of law and democracy within a society, we must link them from popular legitimacy, which is only achieved through the social representation, where the state has the key role of providing the validity of human relations.

Palavras-chave: direito – democracia – validade – representação – legitimidade.

Keywords: law: democracy – validity – representation – legitimacy.

Introdução.

Quando Alexis de Tocqueville, o conhecido juiz francês, visitou os Estados Unidos em 1830, ele acabou por conhecer a estrutura do sistema jurídico norte-americano impregnado por nuances políticas, principalmente por conta de um pluralismo cultural e pela origem republicana histórica. Era um modo diferente de se ver a organização recém libertada do imperialismo inglês e a partir da legitimidade que a

¹ Trabalho apresentado para fins de certificação e presença do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná, através da Escola de Altos Estudos, com o curso “Poucos, Muitos, Todos: Lições Sobre a História da Democracia”, ministrado pelo Prof. Pietro Costa da Università Degli Studi di Firenze, Itália.

² Mestre e doutorando em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Professor de graduação e pós-graduação do UNICURITIBA e Faculdades OPET. Diretor de Núcleo da Escola da Magistratura do Paraná – EMAP.

sociedade local dera para o avanço do novo país criado décadas anteriores.

Que importância se apresenta para o estudo do direito o sistema jurídico/democrático norte-americano? Sabemos que o *common law* baseia-se, entre outras coisas, na inserção do elemento político como algo capaz de alcançar a equidade.

Na realidade, a proposta do presente estudo é relacionar a justiça – como objetivo maior das decisões administrativas e judiciais – com a democracia, considerando-se este último o elemento vertente da sociedade no campo da sua própria legitimidade social. A situação dos EUA serve apenas como uma referência de validade.

Mas o que justiça tem a ver com democracia? Que importância tem a legitimidade popular para dar validade a um sistema jurídico e/ou político? Perguntas como essas devem ser esclarecidas diante da forma como se estrutura um governo e como a sociedade o vê. Certamente Tocqueville muito observou a respeito dos valores emergentes na sociedade norte americana para a construção da democracia.

O alcance de justiça.

Inicialmente, precisamos compreender o alcance de justiça, assim como, na seqüência, a definição de democracia e se ambos se interligam a partir da representação popular.

A questão da justiça é secular. Os gregos, mormente os grandes pensadores, como Sócrates, Platão e Aristóteles, sempre traziam na suas percepções subjetivas um componente de validade do que seria o justo dentro de uma sociedade. Geralmente, a justiça estava relacionada à idéia de liberdade ou felicidade.

Para Platão, por exemplo, justo e injusto, justiça e injustiça, não são simplesmente questões de relação entre homens. Essencialmente são estados internos e espirituais do indivíduo, um estado saudável ou patológico respectivamente da *psyche*. Para este pensador, conceitos de felicidade e justiça andam juntos. O homem justo é feliz e o injusto é

infeliz. Quem comete uma injustiça é sempre mais infeliz que o injustiçado. A justiça agrada a Deus e a injustiça não. Temos, pois, uma perspectiva inicial do que a sociedade poderia considerar como justo. O seu caráter repousa no elemento psicológico e subjetivo do homem.

Já para Aristóteles, a justiça deve ser entendida como virtude, cuja aptidão ética humana que apela para a razão prática. É uma forma interior de justo, enquanto que Platão adotava um componente espiritual.

Se avançarmos no tempo e no espaço, o período cristão foi relevante também nesta seara conceitual, uma vez que há uma mudança de paradigma reflexivo, com inserção no campo teológico.

São Tomás de Aquino, diante de um pensamento cristão que permeou a Idade Média, afirma que o conceito de justiça é dado a partir dos conceitos éticos (*éthos*). Portanto, e é bom que se registre, ele não despreza o pensamento grego. Completa ao dizer que justiça é uma vontade perene de dar a cada um o que é seu, segundo uma razão geométrica. É uma relação de igualdade entre pessoas. A justiça abrange atividades do legislador, atividades do juiz, lei da natureza, da força divina e a por força da convenção. Mesmo adotando o jusnaturalismo, Tomás de Aquino entende que tudo é gerado por força da razão divina, onde justiça é um hábito virtuoso, com reiteração de atos direcionados a um fim, voluntariamente concebidos pela razão prática, dando a cada um o que é seu.

Ingressando-se no racionalismo filosófico, após nova mudança de paradigma, a Idade Moderna reservou aos pensadores da época um comportamento mais empírico e, ao mesmo tempo, metafísico. Aquele pelas experiências de vida, este pelo alcance da *ratio* final, retomando o pensamento aristotélico.

Immanuel Kant, no período racional, afirma que conhecimento ocorre a partir da experiência, mas esta, sozinha, é incapaz de atingir aquele. A questão ética é central nas suas críticas para o alcance da moral. Fundamenta, pois, a sua prática moral não na pura experiência,

mas numa lei aprioristicamente inerente à racionalidade universal humana. Para tanto, um exemplo que pode ser acolhido como um referencial de justo repousa no seu imperativo categórico: “age de tal modo que a máxima de tua vontade possa valer sempre ao mesmo tempo como princípio de uma legislação universal” (Metafísica dos Costumes).

Por sua vez, George W. F. Hegel dispõe que direito e justiça devem ser identificados com o que é racional. A justiça surge com a idéia que norteia a formação do próprio direito. Este se consubstancia por meio da legislação e os indivíduos agem para a defesa e construção de seus direitos. A missão do Estado é a de instrumentalizar a boa aplicação e a conquista gradativa da justiça por meio do Direito. Quer fazer, portanto, uma ligação do comportamento justo com a escolha do direito para formatar o referido pensamento.³

Vencendo a fase moderna é possível adotar o questionamento de justiça diante da resposta dada pelos positivistas, mormente o mais conhecido de todos: Hans Kelsen.

Para Hans Kelsen discutir justiça é discutir normas morais (objeto da ética) e não sobre direito (ciência do direito). Este pode ser justo ou injusto, mas não lhe retira a validade de determinado sistema jurídico. Para ele, a exigência de uma separação entre Direito e Moral, Direito e Justiça, significa que a validade de uma ordem jurídica positiva seria independente desta Moral Absoluta, única válida, da Moral por excelência, de a Moral, conforme próprias palavras⁴. Assim, justiça não pode ser concebida de forma absoluta, com lugar estanque e comum a todos os homens, mas, ao contrário, de ser vista com relatividade para permitir-se a tolerância e aceitação. Portanto, é possível concluir que na independência da validade do direito positivo da relação que este tenha

³ Neste sentido observemos o seu pensamento em HEGEL, G. W. F. Princípios da Filosofia do Direito. Trad. Orlando Vitorino, São Paulo: Martins Fontes, 2000.

⁴ Conforme KELSEN, Hans. O que é justiça? Trad. Luiz Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

com uma norma de justiça reside o essencial da distinção entre a doutrina do direito natural e o positivismo jurídico propriamente dito.⁵

Por fim, consideremos o pensamento de John Rawls para evidenciar a primeira parte do nosso discurso a respeito, por ora, da concepção de justiça.

John Rawls trata justiça como equidade, que reside no igualitarismo da posição original (estado inicial do contrato social). Mais kantiano do que aristotélico, ele afirma que o benefício do justo alcança-se à custa do bom. Também que o valor de justiça não é subjetivo, mas realiza-se pelas instituições, de forma objetiva (racionalmente compartilhada no convívio social) e coletivamente (bem comunitário). A formação social do pacto é uma construção humana que beneficia a todos de forma indistinta, e que é por meio dela que se podem realizar os indivíduos socialmente. Dois princípios são basilares para a sua configuração: garantia de liberdade e distribuição igual para todos. Afirma o autor que a primeira apresentação dos dois princípios é feita aprioristicamente, primeiro, por cada pessoa que deve ter um direito igual ao mais extenso sistema de liberdades básicas que seja compatível com um sistema de liberdades idêntico para as outras. No segundo momento, as desigualdades econômicas e sociais devem ser distribuídas por forma a que, simultaneamente, nas suas palavras acadêmicas, primeiro se possa razoavelmente esperar que elas sejam um benefício de todos; e, segundo, decorram de posições e funções às quais todos têm acesso.⁶ Portanto, para o autor, não há conceito metafísico de justiça, mas sim político, com relatividade a partir do consenso da maioria.

Ora, estamos diante de conceito ou condições essenciais para que uma sociedade possa se submeter ao justo sem uma ofensa real à ordem jurídica ou social. Todavia, como configurar todas estas

⁵ Vejamos em KELSEN, Hans. O problema da justiça. Trad. João Baptista Machado. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

⁶ Tal pensamento de justiça equitativa é encontrado em RAWLS, John. Uma teoria da justiça. Trad. Almiro Pisetta e Lenita Maria Rímoli Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

expressões de conceito de justiça no aspecto da democracia? O que esta tem de relevante para legitimar a justiça?

A validade da democracia.

Do grego *demokratía*, surge a noção de algo relacionado ao governo do povo, num sistema em que cada cidadão participa daquele mesmo governo. Para Pietro Costa, a democracia consolida a legitimidade da forma de governar, ao afirmar, no início do seu trabalho envolvendo também soberania e representação:

A democracia como autogoverno do povo: um regime onde cada cidadão pode, cada um por vez, comandar e ser comandado, como recita a famosa definição aristotélica; a democracia como uma forma de governo em que o cidadão intervém diretamente no processo de decisão política (um tipo de democracia que os “modernos” chamarão “direta”); a democracia como triunfo da igualdade dos cidadãos e de sua liberdade de palavra e ação política.⁷

Esta democracia vai representar o alcance de legitimidade para falarmos, como elemento final, na justiça apropriada para uma determinada sociedade.

É certo que a democracia começa nas manifestações sociais em prol de um discurso político e social. Desde o período histórico antigo, passando pela modernidade e repousando na contemporaneidade, aquela reserva um lugar especial para que as manifestações exerçam um papel de validade na escolha das formas de governo, nas construções de sistemas jurídicos e na distribuição de papéis e direitos fundamentais. De certa forma, não há ruptura na ideologia de validade do papel democrático reservado à sociedade, mas apenas um avanço social.

Na escolha dos representantes, nos plebiscitos consultivos, nas audiências públicas, as referências dadas pela sociedade fortalecem ou não a validade das normas jurídicas para o alcance da justiça.

⁷ COSTA, Pietro. Soberania, Representação, Democracia – ensaios de história do pensamento jurídico. Trad. Alexander Rodrigues de Castro et al., Curitiba: Juruá, 2010, p. 212.

E fugindo do historicismo, quanto ao avanço da democracia, para os dias atuais há uma visão axiológica de uma política deliberativa e um modelo procedimental de democracia.

Não nos apeguemos ao passado para entender a democracia quanto à palavra do cidadão e da sociedade, mas sim no seu momento presente diante do discurso prático e racional, uma vez que a proposta aqui apresentada é relacionar a justiça com a democracia, onde esta legitima aquela a partir da validade dada através do Estado.

Na complexidade da sociedade hoje pós-moderna, o caráter essencialmente real da participação popular quanto ao destino do sistema jurídico repousa no discurso de isonomia, igualdade e tratamento social entre e inter classes.

Denise Vitale e Rúrion Soares Melo assim se manifestam sobre esta representatividade a partir do discurso de Jürgen Habermas:

Em sociedades modernas cada vez mais plurais, nas quais se multiplicam os projetos individuais de vida, torna-se mais complexa a regulação comum dos diversos interesses e pontos de vista em jogo no processo político. Por um lado, os interesses particulares e as orientações por valores diferenciados exigem normas cada vez mais abstratas e que possam vir a ser fundamentadas por procedimentos imparciais, sensíveis a diferentes questões e capazes de incluir diferentes discursos. Por outro lado, as matérias a serem reguladas também se modificam amplamente, tornando mais difícil a regulação de âmbitos de ação pautados por interesses universalizáveis, como no caso dos discursos morais, ou apoiados sob a primazia de um determinado valor, no caso de discursos éticos. Sendo assim, Habermas entende que o sentido “cognitivo” dos discursos deve ser complementado lançando-se mão ainda de mais um passo, o qual visa a mostrar que os discursos produzem diferentes tipos de “acordo racional”.⁸

⁸ VITALE, Denise e MELO, Rúrion Soares. Política deliberativa e o modelo procedimental de democracia. *In* Direito e Democracia – um guia de leitura de Habermas. Org. Marcos Nobre e Ricardo Terra. São Paulo: Malheiros, 2008, p. 232. Tal modelo é aceito pelos doutrinadores a partir do discurso de Habermas, mas como um fator de legitimidade, o que se espera alcançar neste trabalho. Para tanto, completam os autores que “... o modelo procedimental de democracia mostrou que as configurações políticas legítimas podem comportar um sentido racional na medida em que os pressupostos comunicativos e as condições do processo democrático são a única fonte de legitimação. Se a democracia constitui-se num projeto a ser levado adiante, para Habermas sua meta incide na institucionalização progressiva dos processos de formação racional da vontade.” (op. cit., p. 244).

O acordo tácito ou expresso da sociedade quanto ao alcance de democracia para legitimar o comportamento justo passa, pois, do discurso para o materialismo, este último entendido como cristalização dos procedimentos de escolha das normas e das formas procedimentais de se administrar uma sociedade.

É a representação social capaz de fortalecer a validade da justiça enquanto fenômeno social de resultado das relações existentes.

Democracia deve ter, necessariamente, a idéia de liberdade com um princípio de autodeterminação. Por esta razão é que Hans Kelsen discorre a seu respeito como uma teoria do estado a ser implantada dentro de uma nação como elemento de valor. Afirma o autor:

A idéia de liberdade tem originalmente uma significação puramente negativa. Ela significa a ausência de qualquer compromisso, de qualquer autoridade obrigatória. Sociedade, no entanto, significa ordem, e ordem significa compromissos. O Estado é uma ordem social por meio da qual indivíduos são obrigados a certa conduta. No sentido original de liberdade, só é livre quem vive fora da sociedade e do Estado. A liberdade, no sentido original, só pode ser encontrada naquele “estado natural” que a teoria do Direito natural do século XVIII contrastava com o “estado social”. Tal liberdade é anarquia. Portanto, para fornecer o critério de acordo com o qual são distinguidos diferentes tipos de Estado, a idéia de liberdade deve assumir outra conotação, que a original, negativa. A liberdade natural transforma-se em liberdade política. Essa metamorfose da idéia de liberdade é da maior importância para todo o nosso pensamento político.⁹

Tal participação social define o rumo de uma sociedade. Manter a liberdade intacta dentro de um sistema é demasiadamente caro, o que enseja numa participação quanto ao melhor resultado, inclusive, e talvez primordialmente, quanto à justiça no sistema jurídico e político. É preciso uma autodeterminação individual e em sincronia com o coletivo, para que não haja pura e simplesmente a concepção de limitações individuais ou sociais. É preciso que a liberdade também seja política na construção do

⁹ KELSEN, Hans. Teoria Geral do Direito e do Estado. Trad. Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 407.

sistema, cujos reflexos serão sentidos em todos os segmentos de uma sociedade.

E completa Kelsen, pois, ao referir-se à autodeterminação como elemento de liberdade política:

A liberdade possível dentro da sociedade, e especialmente dentro do Estado, não pode ser a liberdade de qualquer compromisso, pode ser apenas a de um tipo particular de compromisso. O problema da liberdade política é: como é possível estar sujeito a uma ordem social e permanecer livre? Assim, Rousseau formulou a questão cuja resposta é a democracia. Um sujeito é politicamente livre na medida em que a sua vontade individual esteja em harmonia com a vontade “coletiva” (ou “geral”) expressa na ordem social. Tal harmonia da vontade “coletiva” com a individual é garantida apenas se a ordem social for criada pelo indivíduo cuja conduta ela regula. Ordem social significa determinação da vontade do indivíduo. A liberdade política, isto é, a liberdade sob a ordem social, é a autodeterminação de um indivíduo por meio da participação na criação da ordem social. A liberdade política é liberdade, e liberdade é autonomia.¹⁰

A evolução da democracia através da representação.

O alcance procurado para a democracia participativa sempre foi discutido na história. Recentemente em um curso promovido pela Escola de Altos Estudos da CAPES¹¹, o Prof. Pietro Costa¹² resumiu em alguns encontros uma linha do tempo a respeito do referido assunto, dando ênfase quanto à participação popular na estruturação da democracia para uma sociedade, principalmente pelo fato da adequação de seios sociais e conjuntos diversos, onde é possível denotar democracia para um grande universo de pessoas, ou ainda pequenos grupos, onde o correto reside na legitimidade em todos os momentos da atividade humana.

Para o autor, resumindo-se as aulas, é possível falarmos em democracia a partir do contexto ateniense, mormente nas figuras de Heródoto, Tucídides, Platão e Aristóteles. Para este último, ainda o

¹⁰ KELSEN, Hans. Teoria Geral do Direito e do Estado, p. 408.

¹¹ CAPES, Escola de Altos Estudos. “Poucos, muitos, todos: lições sobre história da democracia”. UFPR, de 13/10 a 09/11/10.

¹² Catedrático da Università Degli Studi di Firenze, Itália.

catedrático de Firenze acresce o governo misto com a redescoberta da política. O problema do que ele chama de *multitudo* é enfrentado na Idade Média, diante de um caleidoscópio de pensamento.

Adentrando na Idade Moderna, e ainda através das anotações quanto ao referido estudo, no século XVI o governo misto chama-nos a atenção a partir do pensamento de Machiavel, onde a representação, na realidade e de certa forma, curva-se pela força estatal, não se podendo falar, como conhecemos hoje, de uma democracia perfeitamente acabada, tanto na França como na Inglaterra, dois países de tradição estatal forte.

Somente a partir do século XVII é que se mostra possível uma concepção de soberania e multidão, num verdadeiro misto de absolutismo e democracia. A idéia de Hobbes, por exemplo, quanto ao contrato social como limitador de atividade livre diante das intempéries humanas, toma vulto, fortalecendo o Estado frente à sociedade¹³. É possível neste ponto um certo paradoxo entre comando e autodeterminação.

Já no século XVIII, a teoria da representação ganha força no Inglaterra, onde o Estado representa os interesses da sociedade. O modelo norte-americano é um exemplo de representação popular, a ponto da busca quanto à independência, mas através da legitimação de um governo “representativo”.

Ainda é possível neste século a representação e a aristocracia natural, com uma distinção de classes a partir do modo de vida do cidadão. Historicamente sempre existiu essa diferença, o que, de certa forma, enseja numa dificuldade, muitas vezes, de legitimação quanto ao resultado democrático.

¹³ Conforme HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado Eclesiástico e Civil*. Trad. Rosina D'Angina. São Paulo: Martin Claret, 2009. Na sua introdução, o autor afirma que “Na realidade, graças à arte criamos esse grande Leviatã a que chamamos República ou Estado (em latim, *Civitas*), que nada mais é que um homem artificial, bem mais alto e robusto que o natural, e que foi instituído para sua proteção e defesa; nele, a soberania é uma alma artificial que dá vida e movimento a todo o corpo; (...)”. p.17.

Todavia, na seqüência do pensamento representativo, e em antagonismo ao movimento representativo e da aristocracia, na França há a sua Revolução em 1789, trazendo uma nova concepção de participação popular. Um marco quanto ao melhor resultado social. O caráter artificial até então existente é deixado de lado para a adoção de um mecanismo legítimo de representação. Liberdade e igualdade são realçadas.

No século XIX, o positivismo surge como um modelo de busca de segurança social e também jurídica, onde a democracia é vista por “todos”, num sistema representativo partidário. Na realidade, há uma crítica quanto ao surgimento da “representação de interesses”.

Por fim, depois dos totalitarismos mais contemporâneos dos séculos XIX e XX, surge a democracia constitucional. Cujo modelo se estende aos dias atuais. Muito embora afirmado às vezes quanto à crise da democracia, ainda sim é possível a colocação do diálogo e da comunicação como mecanismo de legitimidade.

A justiça pela democracia e vive-versa.

Diante do que fora dito até o momento, justiça e democracia são duas perspectivas próprias da sociedade, mas não devem ser eqüidistantes, eis que se misturam tanto no campo do político quanto do direito.

Enquanto a justiça não se mostra como uma simples técnica de igualdade, ou ainda de uma utilidade ou ordem social, mas sim essencialmente como uma virtude a ser alcançada pelo homem, a democracia, por sua vez, busca na participação popular uma forma de construção da estrutura jurídica e política.

Os elementos subjetivos confortantes da justiça devem surgir diante da participação social na construção do real pensamento humano, uma vez que aquela é uma das primeiras verdades que nascem a partir do espírito humano. É consciência que afora.

Por fim, possível adotarmos as palavras de Miguel Reale como fator de uma concepção mais arraigada aos elementos objetivos e subjetivos em que o homem se insere ao pensar no justo:

A justiça deve ser, complementarmente, subjetiva e objetiva, envolvendo em sua dialeticidade o homem e a ordem justa que ele instaura, porque esta ordem não é senão uma projeção constante da pessoa humana, valor-fonte de todos os valores no nosso processo dialógico da história.¹⁴

Ora, nas relações humanas envolvendo justiça, mesmo que diante da sua construção pela representação social, a democracia tem papel fundamental de legitimidade. Isso porque somente podemos falar axiologicamente em justiça se estivermos diante das presenças de alteridade, devido e igualdade. São fatores que se exteriorizam diante das necessidades que a sociedade cria ao longo das transformações.

Para o primeiro, devemos entender como pluralidade social, havendo necessidade do outro, pois ninguém pode ser justo ou injusto consigo mesmo. É um elemento, portanto, de intersubjetividade, onde a pessoa é aberta à comunidade. Para o segundo, a obrigatoriedade é relevante na medida em que um cidadão pode exigir de outro aquilo que se pode juridicamente. Por fim, o terceiro elemento consiste na igualdade, seja ela formal ou material, seja comutativa, distributiva ou social, porém repousando na convicção de um tratamento equitativo.

A democracia tem curial importância na sua construção, pois transcende do acordo social ou político para o campo do justo. Ou seja, o consenso de construção das formas e verdades jurídicas é exercido pelo conhecimento da maioria que, com evidente participação estatal, elabora um conjunto normativo apto a realçar o direito e o seu elemento justo.

Outro ponto relevante para considerarmos essencial a democracia como parâmetro de construção do justo é o caráter utilitário coletivo, quer dizer, a solidariedade e participação social. Não basta a ação ter um

¹⁴ REALE, Miguel. Lições preliminares de direito. São Paulo: Saraiva, 1987, p. 372.

resultado coletivo, onde as pessoas buscam na pessoa do Estado a criação da normatização necessária para o crescimento do sistema jurídico. É preciso que ele, cidadão, participe de forma solidária na construção do pensamento.

É o que Boaventura de Souza Santos explica ao desenvolver uma crítica da ciência moderna para o novo senso comum ético. Ele fala em responsabilidade social:

Toda a responsabilidade é co-responsabilidade, mas o problema é saber como determinar a correspondência entre a quota-parte de responsabilidade partilhada e a quota-parte das conseqüências a partilhar. As duas raramente coincidem; as conseqüências mais negativa e amplas do utopismo tecnológico tendem a atingir prioritariamente as populações e os grupos sociais com menor responsabilidade na concepção e execução das ações que as provocaram. O indivíduo e a colectividade devem ser considerados pólos num *continuum*, e devem definir-se critérios para dividir a responsabilidade pelos vários grupos sociais que integram esse espectro. A grande dificuldade consiste, obviamente, na definição desses critérios.¹⁵

Com certeza estamos diante da democracia participativa para o alcance da justiça, fazendo-se, sobremaneira, nas audiências públicas, nos plebiscitos, nas eleições diretas para as escolhas dos governantes, entre outros.

Assim, a justiça somente se alcança a partir do compromisso coletivo e solidário social, cuja participação estatal é por demais imprescindível. Desde os primórdios tempos sociais, passando pela Grécia, desenvolvendo-se na Europa e chegando ao pós-modernismo do século XXI, a democracia constrói as bases de uma sociedade, onde a aplicação da justiça tem a sua sede dentro de um modelo jurídico/social, seja ele *Civil Law* ou *Common Law*, ou ainda religioso, mas que habita na intersubjetividade do coletivo ou ainda do individual, nascendo para a aplicação do bom senso reflexivo do conceito de justiça.

¹⁵ SANTOS, Boaventura de Souza. A crítica da razão indolente – contra o desperdício da experiência. Vol. 1, 3ª ed., São Paulo: Cortez, 2001, p. 113.

Para John Rawls, a teoria da justiça é equidade, ao afirmar:

Assim, o objetivo da teoria da justiça como equidade não é metafísico nem epistemológico, mas prático. De fato, ela não se apresenta como uma concepção verdadeira, mas sim como uma base para um acordo político informado e totalmente voluntário entre cidadãos que são considerados como pessoas livres e iguais. Quando esse acordo está baseado solidamente em atitudes sociais e políticas públicas, ele garante o bem de todos os indivíduos e de todos os grupos que fazem parte de um regime democrático justo. Por isso tentamos evitar tanto quanto possível as questões filosóficas, assim como as morais e políticas que estejam sujeitas a controvérsia. Não porque essas questões não têm importância ou porque nos são indiferentes, mas porque as consideramos como demasiado importantes e reconhecemos que não é possível resolvê-las no plano político. A única alternativa para o princípio da tolerância seria o recurso autocrático do poder do Estado. É por isso que, falando filosoficamente, a teoria da justiça como equidade permanece na superfície.¹⁶

Conclusão.

Essa cultura apreciada no texto é, na realidade, a construção de um fato histórico antropológico que se dá a partir dos elementos presentes nas sociedades que vêm na democracia não só uma forma de governo, mas, principalmente, uma forma de relações humanas sociais. Trata-se de uma configuração discursiva ao longo da sua construção que é compreendida dentro de um tempo-espço determinado, mas nunca a partir de uma referência apenas meta-histórica. Avalia-se a democracia diante de uma análise interna que compreenda seu significado e seus efeitos na sociedade. Sua cultura (democracia) segue a recusa de um único mito originário de nosso ser e de nosso pensar jurídico para alcançarmos justiça, mas diluindo o excesso do mito. A cultura jurídica, portanto, é aquilo que circula, funciona e produz efeitos dentro de um determinado contexto histórico social. Olhar para o passado é entender o momento presente e, acima de tudo, antever as linhas do futuro.

¹⁶ RAWLS, John. Justiça e Democracia. Trad. Irene A. Paternot. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 211-212.

Os pensadores sempre se preocuparam em conceituar justiça, assim como a democracia. Na realidade, não devemos apenas conceituar, mas sentir os seus elementos de formação. O conceito pode muitas vezes ser estático. A justiça e a democracia não. São situações de vida que emergem e evoluem diante das relações e ingerências humanas, estas tão fluídas pela imensidão do pensar do cidadão.

Da democracia nasce a justiça e desta nascem os elementos para o avanço democrático.

BIBLIOGRAFIA

COSTA, Pietro. Soberania, Representação, Democracia – ensaios de história do pensamento jurídico. Trad. Alexander Rodrigues de Castro et al., Curitiba: Juruá, 2010.

HEGEL, G. W. F. Princípios da Filosofia do Direito. Trad. Orlando Vitorino, São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HOBBS, Thomas. Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado Eclesiástico e Civil. Trad. Rosina D'Angina. São Paulo: Martin Claret, 2009.

KELSEN, Hans. O que é justiça? Trad. Luiz Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. O problema da justiça. Trad. João Baptista Machado. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. Teoria Geral do Direito e do Estado. Trad. Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

RAWLS, John. Uma teoria da justiça. Trad. Almiro Pisetta e Lenita Maria Rímoli Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. Justiça e Democracia. Trad. Irene A. Paternot. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

REALE, Miguel. Lições preliminares de direito. São Paulo: Saraiva, 1987.

SANTOS, Boaventura de Souza. A crítica da razão indolente – contra o desperdício da experiência. Vol. 1, 3ª ed., São Paulo: Cortez, 2001.

VITALE, Denise e MELO, Rúrion Soares. Política deliberativa e o modelo procedimental de democracia. *In* Direito e Democracia – um guia de leitura de Habermas. Org. Marcos Nobre e Ricardo Terra. São Paulo: Malheiros, 2008.